



MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
COMANDO DA 1ª REGIÃO MILITAR  
(4º Dist Mil/1891 - Região Marechal Hermes da Fonseca)

CONTRATANTE: União Federal - Exército Brasileiro - Comando da 1ª Região Militar

CONTRATADA: OCS CENTRO DE EQUOTERAPIA E REABILITAÇÃO DA VILA MILITAR LTDA

OBJETO: Prestação de serviços de fisioterapia, hidroterapia, equoterapia, terapia ocupacional, fonoaudiologia, psicologia, psicopedagogia, psicomotricidade e musicoterapia

NATUREZA: Ostensivo

VIGÊNCIA: 12/03/2018 a 12/03/2019 (doze meses, a contar da data da assinatura)

TERMO DE CONTRATO nº 003/2018

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2016, publicado no DOU nº 188, DE 29 SET 2016.

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE nº 001/2018

EMPENHO 2018NE800 52

NUP 64279.000004/2018-48

VALOR GLOBAL ESTIMADO: R\$ 1.440.000,00 (Hum milhão e quatrocentos e quarenta mil reais).

A União Federal, entidade de direito público interno, por intermédio do Comando da 1ª Região Militar, órgão do Exército Brasileiro, CNPJ 10.189.168/0001-40, neste ato representado pelo Sr Coronel FLAVIO AZAMOR DA COSTA, Ordenador de Despesas do Comando da 1ª Região Militar, doravante denominada CONTRATANTE e a Organização Civil de Saúde - CENTRO DE EQUOTERAPIA E REABILITAÇÃO DA VILA MILITAR LTDA, situada na Av. Brasil, nº 27.195, DEODORO - Rio de Janeiro/RJ CEP: 21.615-338, com atendimento aos usuários no mesmo endereço, telefone (21) 2457-4791, registro no CNPJ sob nº 03.832.782/0001-13, neste ato representado pela Sra TÂNIA MARIA PAIVA DEL DUCA FRAZÃO, CPF 610.152.021-87, Idt 0313862823MEXDF, daqui por diante denominada

CONTRATADA, têm entre si justo e contratado, com autorização contida no Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 01/2018, nos termos da Lei Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei Nº 8.883 de 08 de junho de 1994, Portaria Ministerial nº 305 de 24 de maio de 1995 - Instruções Gerais para Realização de Licitações e Contratos no Exército Brasileiro (IG 12-02), Instruções Normativas STN nº 01 de 15 de janeiro de 1997 e Portaria do Gabinete do Comandante do Exército nº 761 de 02 de dezembro de 2003, vinculado ao Edital de Credenciamento nº 01/2016, para a prestação de serviços de fisioterapia, hidroterapia, equoterapia, terapia ocupacional, fonoaudiologia, psicologia, psicopedagogia, psicomotricidade e musicoterapia, aos beneficiários do Fundo de Saúde do Exército - FUSEX, na Prestação de Assistência à Saúde Suplementar dos Servidores Cíveis do Exército Brasileiro - PASS e, excepcionalmente, a outros integrantes do Exército Brasileiro, assistidos pela CONTRATANTE, quando formalmente encaminhados, que será regido pelas cláusulas e condições a seguir estipuladas:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 - O objeto deste Termo de CONTRATO é garantir aos assistidos pela CONTRATANTE, conforme identificado na cláusula segunda, residente ou em trânsito na área da 1ª Região Militar, os serviços especializados de natureza contínua pela CONTRATADA em seu estabelecimento e/ou domiciliar (no caso de atendimento domiciliar, especificar as localidades atendidas dentro do RJ), em especial para os serviços a seguir: fisioterapia, hidroterapia, equoterapia, terapia ocupacional, fonoaudiologia, psicologia, psicopedagogia, psicomotricidade e musicoterapia.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DA IDENTIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS**

2.1 - São beneficiários do atendimento por parte da CONTRATADA:

2.1.1 - Militares da Ativa, da Reserva Remunerada e os Reformados do Exército Brasileiro e seus dependentes;

2.1.2 - Pensionistas do Exército Brasileiro e seus dependentes; e

2.1.3 - Servidores Cíveis (Ativos e Inativos), seus Dependentes e Pensionistas vinculados ao Exército Brasileiro, inscritos na PASS, conforme Portaria Nº 117-DGP, de 19 maio de 2008.

2.2 - Nos casos específicos de atendimento Neonatal, Neo-Infantil e Materno-Infantil, são beneficiários por parte da CONTRATADA:

2.2.1 - Filhos de militares da ativa, da reserva remunerada e dos reformados do Exército Brasileiro;

2.2.2 - Filhos de militares falecidos (da ativa, reserva remunerada ou reformados) do Exército Brasileiro, que vivam ou não sob a responsabilidade da pensionista;

2.2.3 - Filhos de Servidores Cíveis (Ativos e Inativos) vinculados

ao Exército Brasileiro, inscritos na PASS; e

2.2.4 - Filhos de Servidores Civis falecidos (Ativos e Inativos) vinculados ao Exército Brasileiro, inscritos na PASS, que vivam ou não sob a responsabilidade da pensionista.

2.3 - A mãe da criança deverá ser identificada apresentando seu Cartão de Beneficiária do FUSEX e/ou da PASS e sua Carteira de Identidade;

2.4 - A criança será identificada por sua Certidão de Nascimento, que comprovará ser filha do beneficiário, condição indispensável para o direito ao atendimento por conta da CONTRATANTE;

2.5 - A identificação dos pacientes, usuários do Sistema FUSEX e/ou PASS, é feita mediante a apresentação da Carteira de Identidade e do Cartão de Beneficiário do FUSEX e/ou PASS, acompanhados da GE prevista na Cláusula Quarta;

2.6 - Quando o paciente for um dependente e, por qualquer motivo, não possuir identidade própria, deverá ser apresentado, além do seu Cartão de Beneficiário do FUSEX e/ou da PASS, o documento (identidade e cartão de beneficiário) do contribuinte responsável, acompanhados da GE prevista na cláusula quarta.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO DIREITO E RESPONSABILIDADE DAS PARTES**

3.1 - O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com a legislação pertinente e as cláusulas avençadas, respondendo cada qual, pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial;

3.2 - Constitui direito legal de o CONTRATANTE ter o serviço prestado, objeto deste CONTRATO, dentro dos prazos e nas condições estabelecidos no termo de CONTRATO e anexos;

3.3 - São direitos legais da CONTRATADA, receber do CONTRATANTE, o pagamento pela prestação dos serviços, objeto deste Termo de CONTRATO, nos prazos e condições estabelecidos no Termo de CONTRATO e anexos;

3.4 - A CONTRATADA reconhece os direitos da administração, em caso de rescisão contratual, previstos na Lei nº. 8.666/93 - alterado pelas Leis nº. 8.883/94 e nº. 9.648/98;

3.5 - A CONTRATADA declara possuir capacidade técnica, instalações prediais, recursos materiais e pessoais especializado, de modo a permitir a consecução dos objetivos definidos no presente Contrato, tendo ciência de que somente poderá realizar atendimentos compatíveis com os serviços compreendidos na Cláusula Primeira;

3.6 - A CONTRATADA declara estar vinculada aos termos do Edital de Credenciamento nº 001/2016, mediante preenchimento do requerimento para credenciamento (ANEXO V) e assinatura do presente termo contratual.

3.7 - O Termo de CONTRATO somente será assinado após a verificação da regularidade das certidões junto ao SICAF, CADICON, CADIN, CNJ, CEIS e CNDT.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO E RESPONSABILIDADE DAS PARTES**

4.1 - A apresentação do paciente à CONTRATADA será feita mediante Guia de Encaminhamento - GE, com a discriminação taxativa dos serviços a serem prestados nas dependências da CONTRATADA;

4.2 - A GE será expedida pelos Diretores/Comandantes do Hospital Central do Exército - HCE; Hospital de Geral do Rio de Janeiro - HGeRJ Policlínica Militar do Rio de Janeiro - PMRJ; Policlínica Militar da Praia Vermelha - PMPV; Policlínica Militar de Niterói - PMN e Instituto de Biologia do Exército - IBEx, 9ª Via AAAé, 1º Esqd C L, 32º BI Mtz. 38º BI, 56º BI, HE/AMAN, CRI, DCMun, CAEx, Organizações Militares Encaminhadoras que respondem pela CONTRATANTE nos atos de encaminhamentos de pacientes, de acompanhamentos dos atendimentos, de conferências das despesas e liquidação das mesmas;

4.2.1 - Nos Municípios sedes de Circunscrição do Serviço Militar (CSM), Delegacia do Serviço Militar (Del SM) e Tiros-de-Guerra (TG), onde não houver Médico Militar, os beneficiários do FUSEX e/ou PASS deverão ser encaminhados por meio de Chefe de Circunscrição do Serviço Militar, Delegado do Serviço Militar ou Instrutor-Chefe de Tiro-de-Guerra, para uma OCS (Organização Civil de Saúde) e PSA (Profissional de Saúde Autônomo), previamente contratado ou conveniado;

4.3. - A CONTRATADA deverá proceder com a correta identificação do USUÁRIO FUSEX e/ou PASS conforme explícito na Clausula Segunda, sendo responsável por procedimentos de identificação incorretos, salvo os casos de emergência que seguirão o disposto na Cláusula Quinta;

4.4 - Fica fixado em 50 (cinquenta) minutos o tempo de duração média de cada sessão nas diferentes áreas de atendimento;

4.5 - Ao término de cada mês de atendimento, o paciente ou responsável, assinará o último Termo de Atendimento constante da GE, sendo alertado pela CONTRATADA para conferir todas as despesas de sua responsabilidade;

4.6 - Os procedimentos médicos complementares serão prestados diretamente por profissional da própria OCS ou terceirizados, quando necessário, caracterizando-se como executores dos serviços, sob-responsabilidade da CONTRATADA;

4.6.1 - Os membros do corpo clínico da CONTRATADA;

4.6.2 - O profissional que tenha vínculo empregatício com a CONTRATADA;

4.6.3 - O autônomo que presta serviço à CONTRATADA em caráter regular;

4.6.4 - Organizações Cívicas ou Profissionais de Saúde prestadores de serviços auxiliares de diagnóstico e terapia, vinculados a OCS ou a Empresa de Plano de Saúde contratados pelo Comando da 1ª Região Militar; e

4.6.5 - O anestesista e o instrumentador técnico nos casos de cirurgias e outros procedimentos médicos que necessitem de tais especialidades.

4.7 - Nos procedimentos, objeto deste CONTRATO, a CONTRATADA utilizará todos os recursos quanto aos Profissionais, serviços, equipamentos e materiais necessários ao atendimento os beneficiários descritos no item 2.1, deste Contrato;

4.8 - O acompanhamento e a fiscalização da execução do CONTRATO, consistentes na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do CONTRATO, devem ser exercidos pela CONTRATANTE, por intermédio do FISCAL DE CONTRATO, a ser designado pelas Organizações Militares de Saúde (OMS) e Unidades Gestoras do Fundo de Saúde do Exército (UG/FuSEx) constantes da Cláusula 9.3 que estiverem utilizando este CONTRATO em sub-rogação total ou parcial.

4.8.1 - Compete aos FISCAIS DE CONTRATO:

4.8.1.1 - Realizar a fiscalização das obrigações trabalhistas com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado;

4.8.1.2 - Estabelecer reuniões periódicas, de modo a garantir a qualidade da execução e o domínio dos resultados e processos já desenvolvidos por parte do corpo técnico da CONTRATADA;

4.8.1.3 - Monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para corrigir ou sugerir a aplicação de sanções quando verificar um viés contínuo de desconformidade da prestação do serviço à qualidade exigida;

4.8.1.4 - Acompanhar e fiscalizar os resultados alcançados em relação à CONTRATADA, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

4.8.1.5 - Acompanhar e fiscalizar os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;

4.8.1.6 - Acompanhar e fiscalizar a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

4.8.1.7 - Acompanhar e fiscalizar a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;

4.8.1.8 - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato;

4.8.1.9 - Acompanhar e fiscalizar a satisfação do público usuário;

4.8.1.10 - Promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

4.9 - As partes se obrigam a corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, as falhas e incorreções resultantes de suas responsabilidades;

4.10 - A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração (inclusive a instalações, equipamentos e aparelhagens) ou a Terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não restringindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento efetuado pela CONTRATANTE;

4.11 - O não exercício pela CONTRATANTE, de quaisquer de seus direitos contratuais ou legais, representará ato de mera tolerância e não implicará em novação, não havendo, pois, desistência dos referidos direitos, os quais poderão ser exercidos pela CONTRATANTE em qualquer momento;

4.12 - Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa da CONTRATADA poderá ensejar a revisão das condições ora estipuladas;

4.13 - A OCS contratada poderá oferecer aos militares da ativa, reserva remunerada, reformados e aos servidores civis, dependentes e agregados, vinculados à 1ª Região Militar, programas de saúde corporativos por adesão voluntária - com preços diferenciados do mercado - desde que destituída de qualquer responsabilidade à Administração Militar.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA EMERGÊNCIA

5.1 - Os casos de emergência poderão ser atendidos mediante a identificação prévia do usuário, pela CONTRATADA, na forma expressa na Cláusula Segunda, devendo esta comunicar imediatamente o fato a qualquer OMS/UG-FUSEX Encaminhadora, citada na Cláusula Quarta, item 4.2, por telefone e por documento escrito, contendo cópia do relatório médico do ato do atendimento, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente de qualquer obrigação do usuário com a

Instituição Militar. Esta comunicação visa regularizar a prestação do serviço e definir o responsável pelas despesas junto à CONTRATADA, isto é, se as mesmas correrão por conta da CONTRATANTE ou do paciente;

5.2 - Todo tratamento de emergência será comprovado por laudo emitido de próprio punho pelo médico atendente, com especificação do diagnóstico do momento do atendimento, e demais informações necessárias à definição do estado clínico do paciente, independente de qualquer outra ação. Estas providências permitirão a caracterização da situação de emergência por parte do médico militar designado pela Organização Militar Encaminhadora, justamente para este fim;

5.3 - A CONTRATANTE, ao reconhecer que o paciente internado na situação de emergência tenha direito à continuidade do atendimento emitirá uma GE e a enviará à CONTRATADA;

5.4 - A CONTRATANTE julgando que o paciente não possa ser atendido, por contrariar quaisquer dos dispositivos da legislação que o reconheça como usuário do Exército, não emitirá a GE. Informará à CONTRATADA que o atendimento não será regularizado e as despesas correrão inteiramente por conta do paciente ou do seu responsável;

5.5 - Os atendimentos por especialistas, ou os referentes a exames complementares de diagnóstico poderão ser realizados na CONTRATADA, independentemente de GE desde que justificados pelo médico;

5.6 - Para efeito do constante da Cláusula Primeira, a CONTRATADA declara ter condições técnicas para realizar atendimentos de emergência, caso seja necessário, durante 24(vinte e quatro) horas por dia, no prazo de vigência do Contrato.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA INTERNAÇÃO

6.1 - A internação será assim considerada quando o paciente ocupar instalações (enfermaria, quarto ou UTI) por período igual ou superior a 12 (doze) horas consecutivas ou não. Para este fim, serão considerados os seguintes padrões de acomodação, de acordo com a disponibilidade, e no caso de indisponibilidade de acomodação compatível com os padrões a que tem o beneficiário do FUSEX e/ou PASS, a OCS obrigará-se-á a instalá-lo em uma acomodação de padrão superior, sem ônus para o beneficiário ou para o FUSEX, excluída a UTI:

6.1.1 - Para Oficiais e seus dependentes: Quarto privativo e semiprivativos, sem acompanhante, ressalvados os direitos dos idosos maiores de 60 (sessenta) anos e pacientes menores de 18 (dezoito) anos;

6.1.2 - Para subtenentes e sargentos e seus dependentes: Quarto privativo, semiprivativo e enfermaria de até seis leitos, sem acompanhante, ressalvados os direitos dos idosos maiores de 60 (sessenta) anos e pacientes menores de 18 (dezoito) anos;

6.1.3 - Para cabos, taifeiros e soldados: enfermarias de até três leitos e

enfermarias gerais, sem acompanhante, ressalvados os direitos dos idosos maiores de 60 (sessenta) anos e pacientes menores de 18 (dezoito) anos; e

6.1.4 - Para Servidores Cíveis e seus dependentes, vinculados ao PASS: Quarto privativo, semiprivativo e enfermaria de até seis leitos, sem acompanhante, ressalvados os direitos dos idosos maiores de 60 (sessenta) anos e pacientes menores de 18 (dezoito) anos.

6.2 - Caso o beneficiário do FUSEX e/ou PASS opte por melhoria de padrão de acomodação para si ou para seus dependentes, a diferença de honorários médicos e despesas hospitalares referentes a esta opção, será paga, integralmente, pelo titular junto ao prestador;

6.2.1 - Ao fazer esta opção, o beneficiário do FUSEX e/ou PASS deverá assinar, em conjunto com o responsável da OCS o Termo de Ajuste Prévio, Anexo VIII, tanto referente à melhoria do padrão de acomodação quanto com o médico ou odontólogo, que também assinará o termo.

6.3 - Em casos de internação prolongada, a critério da equipe médica da CONTRATADA, a conta deverá ser enviada a CONTRATANTE a cada 15(quinze) dias;

6.4 - Ao término dos atendimentos, dos exames e da alta hospitalar, o responsável pelo paciente será alertado pela CONTRATADA para assinar o Termo de Atendimento, constante da GE, após conferir todas as despesas de sua responsabilidade constantes da conta a ser apresentada;

6.5 - A CONTRATADA se obriga a comunicar de imediato, à família do usuário e à OM encaminhadora, qualquer óbito ocorrido com os pacientes atendidos;

6.6 - A execução e o controle do presente instrumento serão avaliados pela CONTRATANTE, mediante supervisão direta ou indireta dos procedimentos realizados pela CONTRATADA.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1 - Manter um preposto com autoridade para atuar em seu nome e representá-lo junto à CONTRATANTE, bem como coordenar os serviços prestados;

7.2 - Responder por todos os tributos, administração, encargos trabalhistas, contribuições e emolumentos federais, estaduais e municipais e por toda e qualquer despesa ou indenização decorrente da prestação dos serviços que sejam devidos em consequência do presente Contrato, bem como observar a legislação vigente e outros documentos legais aplicáveis;

7.3 - A CONTRATADA se obriga a manter em dia os pagamentos dos Tributos e Contribuições Federais (Receita Federal, INSS, FGTS etc), de não possuir nenhuma pendência inscrita na Dívida Ativa da União, além de manter o SICAF em dia, condições imprescindíveis para continuar recebendo encaminhamentos de



pacientes, bem como, a devida indenização pelos atendimentos prestados como previsto na Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

7.4 - Permitir que a CONTRATANTE ou seu representante verifique, a qualquer dia e hora, dentro do prazo de vigência deste contrato, as condições das instalações, a qualidade dos serviços e do atendimento e a documentação, conforme Cláusulas deste Contrato;

7.5 - Fornecer documentos médico-legais, quando solicitados pela CONTRATANTE, obrigando-se ainda, a justificar junto ao mesmo, sempre que solicitado, os tratamentos efetuados, bem como todos os casos especiais que houver, sempre que forem constatadas divergências em função do padrão aceito;

7.6 - Cumprir fielmente o estabelecido nas Cláusulas e condições do presente Contrato e de seus documentos integrantes, e na descrição do OBJETO, com rigorosa observância dos requisitos, normas e processos técnicos, bem como da legislação em vigor e de tudo o mais que for necessário para sua perfeita execução, ainda que não expressamente aqui mencionados;

7.7 - Refazer, exclusivamente à sua custa e dentro dos prazos fixados pela CONTRATANTE, as parcelas dos serviços executados com vícios ou defeitos, sem que tal fato possa ser invocado para justificar qualquer modificação contratual, quando tal fato decorrer de responsabilidade da CONTRATADA;

7.8 - Não se valer desse Contrato para assumir obrigações perante Terceiros, dando-o como garantia ou caução, nem, em nenhuma hipótese, utilizar os direitos de crédito a serem auferidos em função da execução dos serviços em quaisquer operações de desconto bancário;

7.9 - A CONTRATADA deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Credenciamento nº 001/2016, de acordo com o disposto no inciso XIII, do Art. 55, da Lei nº 8.666/93.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

8.1 - Designar um representante para, em seu nome, tratar de todos os assuntos relacionados à participação da CONTRATANTE nos serviços contratados;

8.2 - Responsabilizar-se pelo pagamento devido à CONTRATADA, na forma especificada neste Contrato, e prazos compatíveis com as disponibilidades de recursos alocados à CONTRATANTE;

8.3 - Cabe ainda à CONTRATANTE:

8.3.1 - Fornecer materiais informativos e comunicados referentes às determinações administrativas que visem o gerenciamento do objeto de CONTRATO;



8.3.2 - Dirimir as dúvidas da CONTRATADA sobre o objeto da contratação, no tocante às divergências ou inovações na política administrativa e assistencial do FuSex e/ou PASS, notificando-o, por escrito, a respeito de irregularidades detectadas na execução dos serviços;

8.3.3 - Realizar auditorias e perícias nos procedimentos, obedecendo aos princípios estabelecidos no Código de Ética da categoria;

8.3.4 - Fornecer aos usuários as informações referentes aos dias, horários e endereço da CONTRATADA;

8.3.5 - Comunicar à CONTRATADA com antecedência de no mínimo 30 (trinta) dias, sobre qualquer modificação em procedimento de atendimento; e

8.3.6 - Notificar à CONTRATADA, por escrito, a respeito de advertências a si dirigidas ou qualquer irregularidade constatada na execução dos serviços credenciados, anexando cópias ao respectivo processo de CONTRATO.

#### CLÁUSULA NONA - DA SUBCONTRATAÇÃO E SUB-ROGAÇÃO

9.1 - É vedado à CONTRATADA delegar ou transferir a Terceiros, no todo ou em parte, a responsabilidade pelos serviços objeto deste Contrato;

9.2 - A CONTRATADA será responsável civil e penalmente pelos danos causados aos pacientes, por Terceiros vinculados, decorrentes de omissão voluntária ou não, negligência, imperícia ou imprudência.

9.3 - Fica estabelecido que a critério da CONTRATANTE, o valor deste Termo de Contrato poderá ser sub-rogado parcialmente ou em sua totalidade para as seguintes Organizações Militares de Saúde do Comando da 1ª Região Militar:

- a) Policlínica Militar do Rio de Janeiro (PMRJ);
- b) Policlínica Militar de Niterói (PMN);
- c) Policlínica Militar da Praia Vermelha (PMPV);
- d) Hospital Central do Exército (HCE);
- e) Hospital da Geral do Rio de Janeiro (HGeRJ);
- f) Instituto de Biologia do Exército (IBEx);
- g) 9ª Bia AAAé;
- h) 1º Esqd C L;
- i) 32º BI Mtz;
- j) 56º BI;
- k) HE / AMAN;
- l) CRI;
- m) DCMun;
- n) 38º BI; e
- o) CAEx.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DOS PREÇOS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

10.1 - O Valor total deste Termo de CONTRATO será em função dos serviços prestados durante o prazo de vigência;

10.2 - O CONTRATANTE obriga-se a pagar à CONTRATADA os valores decorrentes dos serviços prestados, na forma deste Termo de CONTRATO, observadas as dotações previstas nas tabelas e índices previstos no Edital de credenciamento 01/2016;

10.3 - A CONTRATADA deverá apresentar a fatura mensal em 03 (três) vias de igual teor em nome a Organização Militar para a qual foi prestado o serviço, anexando todos os atendimentos prestados, discriminando nº. de ordem, data, nº. de Guia de Encaminhamento, nome do usuário, nº. do código pessoal (PREC/CP), valor em R\$ e relatório de conferência em ordem numérica das guias;

10.4 - A apresentação da fatura deverá ser feita em formulário próprio, com preenchimento correto, sem rasuras, com justificativa de procedimentos clínicos, diagnóstico (Código Internacional de Doenças), quando for o caso, de acordo com a norma de cada área, assim como o correto fornecimento dos códigos dos procedimentos;

10.5 - Os Processos de Pagamento serão montados tendo como documento base, uma Nota de Serviços - NSv, emitida em 3 (três) vias, que, obrigatoriamente, estará acompanhada dos seguintes documentos:

10.5.1 - Um rol, em papel com timbre da CONTRATADA, onde serão discriminados todos os pacientes atendidos e constantes das GE, o valor correspondente a cada paciente e a soma total, idêntica limitado ao valor constante da NSv;

10.5.2 - As primeiras vias das GE, com os Termos de Atendimento datados e assinados pelos responsáveis ou pelos pacientes;

10.5.3 - Uma relação ou Fatura com a descrição de todos os procedimentos realizados (os medicamentos, os materiais, as próteses, os exames de laboratórios, os exames radiográficos e outros utilizados no tratamento do paciente), com os respectivos preços; e

10.5.4 - A CONTRATADA deverá apresentar os documentos fiscais de aquisição de materiais solicitados pelo CONTRATANTE, junto à fatura mensal.

10.6 - As Notas Fiscais serão encaminhadas à Organização Militar Encaminhadora e emitidas em nome das respectivas Unidades, quando esta solicitar, após a realização de auditoria interna;

10.7- Sempre que a despesa final de um atendimento for diferente do constante da Guia de Encaminhamento (devido a cobranças complementares) o usuário

deverá ser informado e solicitado dar ciência na própria guia;

10.8 - O pagamento será efetuado, após a regular liquidação da Nota Fiscal pelo Agente da Administração encarregado para tal fim, condicionada a(s) respectiva(s) Lisura(s) Médica(s), em depósito em conta-corrente da CONTRATADA, mediante Ordem Bancária, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de apresentação do Processo de Pagamento no Protocolo da OM Encaminhadora, data esta que se constitui no adimplemento das obrigações, tratado no Inciso III do Art. 55, da Lei nº 8.666/93;

10.8.1 - Antes da efetivação do pagamento, será verificada a regularidade das certidões junto ao SICAF, CADICON, CADIN, CNJ, CEIS e CNDT:

10.9 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, que revogou a Instrução Normativa nº 480/2004; Instrução Normativa Conjunta nº 28 da Secretaria da Receita Federal, de 01 de março de 1999, além da retenção para a Previdência Social instituída pela Portaria Interministerial nº 5.402, de 01 de julho de 1999 e regulada pela Ordem de Serviço nº 209 - INSS, de 20 de maio de 1999; observando ainda o disposto no art. 31 da Lei nº 8.212, de 1991.

10.10 - Para efeito deste Contrato, fica definido que os recursos destinados ao pagamento das indenizações decorrentes dos serviços prestados pela CONTRATADA, são oriundos do Fundo de Saúde do Exército, da contribuição mensal dos beneficiários da PASS e do Tesouro Nacional;

10.11 - A CONTRATANTE somente se responsabilizará pelas despesas previstas no presente Contrato, devidamente autorizadas, respeitado o contido na Cláusula Primeira e no item 6.3 da Cláusula Sexta;

10.12 - Não serão efetuados pagamentos à CONTRATADA enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, inclusive quanto à apresentação dos demonstrativos dos serviços prestados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS GLOSAS**

11.1 - É reservado ao CONTRATANTE, mediante análise técnica e administrativa, o direito de glosa total ou parcialmente, nos procedimentos apresentados, em desacordo com as disposições contidas neste Termo de CONTRATO, de acordo com a legislação complementar aplicável e atos normativos pertinentes;

11.2 - A CONTRATADA disponibilizará a documentação de comprovação dos gastos, prontuários médicos, juntamente com a Fatura para o processo de lisura. Não cumprida essa exigência, o CONTRATANTE devolverá o respectivo Processo para ser reapresentado no mês posterior;

11.3 - O CONTRATANTE terá prazo de 30 (trinta) dias para realizar a lisura das contas hospitalares, contados a partir da data de entrega da fatura. Havendo, na conta, algum item ou valor divergente, o CONTRATANTE deverá apresentar à CONTRATADA, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a respectiva lisura, por escrito o relatório de Glosa;

11.4 - A CONTRATADA em caso de discordância com os valores glosados pelo CONTRATANTE, terá prazo de 30 (trinta) dias para recorrer da glosa, também por escrito, em formulário próprio, com a devida justificativa de revisão do valor ou valores glosados;

11.5 - O recurso de Glosa, supracitado, apresentado tempestivamente pela CONTRATADA será deferido ou não pelo CONTRATANTE com a devida justificativa no prazo de 10 (dez) dias a contar do recebimento do mesmo;

11.6 - Finalizado o processo de glosa, será emitido o recibo do total correspondente aos valores aceitos por ambas as partes (Nota Fiscal);

11.7 - Serão motivos de glosa por parte do CONTRATANTE: cópia de Guia de Encaminhamento; Guia de Encaminhamento em nome de outra credenciada; valores em discordância aos pactuados na CLÁUSULA DECIMA deste instrumento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO REAJUSTE**

12.1 - O reajustamento dos preços e a atualização monetária, nos casos de prorrogação do CONTRATO previstos na Lei nº. 8.666/93, somente serão possíveis quando as tabelas citadas na Cláusula Décima forem atualizadas pela Associação Médica Brasileira e demais entidades relacionadas, observando ainda o cumprimento do interregno de 01 (um) ano, dentro do que está previsto no Decreto nº. 1.054, de 17/02/1994, alterado pelo Decreto nº. 1.110, de 13/04/1994;

12.2 - Qualquer reajuste de preço só terá validade, em função de reajuste nas tabelas mencionadas na cláusula décima, desde que em comum acordo entre as partes, formalizado por Termo Aditivo ao Termo de CONTRATO;

12.3 - Quaisquer acréscimos ou retiradas de serviços só terão validade, em função de alteração da cláusula primeira, desde que em comum acordo entre as partes, formalizado por Termo Aditivo ao Termo de CONTRATO.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

13.1 - A vigência do presente instrumento contratual será de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogada, mediante Termos Aditivos, por iguais e sucessivos períodos, limitada a 60 (sessenta) meses, de acordo com o previsto no Art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93;

13.1.1 - A prorrogação do presente Contrato se dará mediante conveniência da Administração, pautada pelo interesse público, mediante a verificação de que os requisitos exigidos para contratação permanecem sendo cumpridos pela CONTRATADA e que os serviços prestados são satisfatórios aos assistidos da CONTRATANTE;

13.2 - Quaisquer das partes que não se interessar pela prorrogação contratual deverá comunicar o seu desinteresse, por escrito, à outra parte, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

13.3 - As despesas decorrentes do presente Termo de Contrato correrão por conta de recursos oriundos do Fundo de Saúde do Exército - FuSEx, contribuição mensal dos beneficiários da PASS e Tesouro Nacional, ficando estabelecido o Projeto/Atividade 847739, Programa de Trabalho Resumido 05302063728870001, Natureza de Despesa 339039, Subitem 50. Nota de Empenho 2018NE800/052 de \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_, Estimativa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES,

14.1 - Pela inexecução parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa e a seu critério, aplicar à CONTRATADA, além das penalidades previstas na Lei nº 8.666/93, as seguintes sanções:

14.1.1 - Advertência, devidamente anotada nos registros cadastrais de ocorrência do Sistema de Cadastramento de Fornecedores - SICAF;

14.1.2 - Multa de 0,5% (meio por cento) sobre a média dos 3 (três) últimos meses do faturamento da CONTRATADA, nos casos de recusa de atendimento aos pacientes citados na Cláusula Décima Terceira e nos casos de atraso na entrega de exames, salvo por motivo de força maior devidamente justificado. A CONTRATADA será notificada para recolher no prazo máximo de 15 (quinze) dias, ou, a critério do Comandante do CONTRATANTE, tais valores de multas, os quais poderão ser descontados nos pagamentos devidos à CONTRATADA. A multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e/ou aplique outras sanções previstas nos Art. 86 a 88 da Lei nº 8.666/93; e

14.1.3 - Rescisão do contrato, conforme estabelecido nos Artigos 77, 78 e 79 da Lei nº 8.666/93.

14.2 - Serão considerados motivos de força maior ou de caso fortuito, para fins de isenção de multa e demais medidas cabíveis, aqueles decorrentes do disposto na legislação pertinente, relacionados na Cláusula Décima Sétima, deste Contrato;

14.3 - A recusa injusta da CONTRATADA em atender o paciente encaminhado regularmente pelo CONTRATANTE, caracteriza o descumprimento parcial da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades aludidas no Artigo 87 da Lei nº 8.666/93;

14.4 - A CONTRATADA será considerada inadimplente, independentemente de interposição judicial e mediante comunicação da CONTRATANTE, entre outras, nas seguintes hipóteses:

14.4.1 - Inobservância das recomendações técnicas ou administrativas dadas pela CONTRATANTE;

14.4.2 - Atraso na entrega de resultado de exames por mais de 30 (trinta) dias consecutivos sem justificativa aceita pelo CONTRATANTE;

14.4.3 - Interrupção dos serviços por mais de 5 (cinco) dias consecutivos, sem justificativa, ou 10 (dez) dias não consecutivos, sem justificativa aceita pela CONTRATANTE e devidamente comprovada;

14.4.4 - Atraso de 7 (sete) dias no atendimento das determinações da CONTRATANTE, em caso de reincidência; e

14.4.5 - Descumprimento de quaisquer outras Cláusulas ou condições deste contrato, que venha a prejudicar a execução do mesmo.

14.5 - Em caso de rescisão por inadimplemento, ficará a CONTRATADA obrigada ao pagamento de multa equivalente a 1,0% (um por cento) sobre a média dos 3 (três) últimos meses do faturamento da CONTRATADA, independente do pagamento de multas moratórias eventualmente já efetuadas ou descontadas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO**

15.1 - São motivos de rescisão do presente Contrato, independente de qualquer procedimento judicial, os estabelecidos na Lei nº 8.666/93, Artigos 77, 78 e 79;

15.2 - A CONTRATANTE poderá dar o presente Contrato por terminado no todo ou em parte, independente de qualquer fundamento, justificativa ou notificação judicial, a qualquer tempo, mediante comunicação escrita à CONTRATADA, com 30 (trinta) dias de antecedência;

15.2.1 - Ocorrendo esta hipótese, a CONTRATANTE fica obrigada ao pagamento integral da parte dos serviços já executados, que não tenha sido paga, e daquelas, que por mútuo acordo entre as partes, devam ser realizadas até a data do encerramento das atividades, ou da execução do novo Contrato.

15.3 - A CONTRATADA reconhece, independente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa, previsto nos Art. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93;

15.4 - A CONTRATADA está sujeita, no que couber, à Lei nº 8.666/93, e suas alterações;

15.5 - O presente contrato será considerado rescindido se qualquer das partes

contratantes não cumprir o que lhe for pertinente, prescrito nas suas Cláusulas;

15.6 - Este contrato poderá ser rescindido de pleno direito, nos seguintes casos:

15.6.1 - Se a CONTRATADA falir, requerer concordata ou transferir para Terceiros no todo ou em parte seus encargos, sem prévia aceitação, por escrito, da CONTRATANTE;

15.6.2 - Liquidação amigável ou judicial da CONTRATADA; e

15.6.3 - Superveniência de norma legal ou ato de autoridade competente, que torne inviável ou inexecutável o prosseguimento da prestação dos serviços.

15.7 - Em caso de rescisão por inadimplemento, ficará a CONTRATADA obrigada ao pagamento da quantia equivalente a 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato, independentemente das multas moratórias eventualmente já aplicadas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS ISENÇÕES TRIBUTÁRIAS**

16.1 - O Comando do Exército, representado neste Contrato, não poderá ser alegado ou servir como amparo de pretendidas isenções tributárias ou por motivos de favores fiscais, que incidam ou venham a incidir sobre os atos, bens ou questões que caibam à CONTRATADA ou ao usuário;

16.2 - Caberá à CONTRATADA o recolhimento dos tributos e taxas federais, estaduais e municipais, decorrentes das faturas apresentadas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - CASOS FORTUITOS OU MOTIVOS DE FORÇA MAIOR**

São considerados casos fortuitos e de força maior, para fim de isenção de multas e demais medidas cabíveis, os motivos decorrentes de:

17.1 - Estado de Guerra, emergência, interrupção de fornecimento de Serviço Público, motivos ou tumultos que impeçam a realização dos trabalhos ajustados;

17.2 - Interrupção dos meios de transporte;

17.3 - Greve geral ou generalizada dos empregados;

17.4 - Calamidade pública declarada por autoridade competente;

17.5 - Indisponibilidade comprovada, nos mercados nacional e internacional de qualquer material imprescindível para a execução dos trabalhos ajustados;

17.6 - Mobilização industrial ou fornecimento prioritário, por instrução de autoridade brasileira;



17.7 - Acidente de trabalho que avarie parte já executada ou equipamento em uso, uma vez comprovado que o acidente ocorreu por culpa da CONTRATANTE;

17.8 - Ocorrência de sinistros tais como: incêndio, explosão, inundação ou qualquer outro caso fortuito que esteja fora do controle da CONTRATADA; e

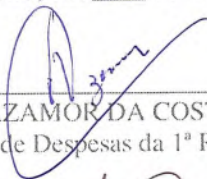
17.9 - Outros casos que se enquadrem no Código Civil Brasileiro.

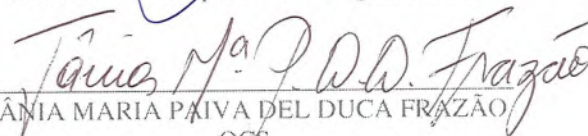
#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

18.1 - Fica eleito o foro da Justiça Federal da cidade do Rio de Janeiro, onde está sediado o Comando da 1ª Região Militar, para dirimir todas as questões decorrentes da execução deste Contrato.

E, por estarem justas e contratadas, preparam o presente TERMO DE CONTRATO, em 3 (três) vias de igual teor, para um só efeito, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelos responsáveis por sua execução identificados pelo Posto ou Título Profissional, nome, identidade civil ou militar, CPF, nº de registro no Conselho Profissional, função exercida na Sociedade, conforme Contrato Social, em anexo ao presente Contrato ou vínculo empregatício constante da Carteira de Trabalho, e ainda, por 2 (duas) testemunhas, para que produza seus efeitos jurídicos e legais, comprometendo-se, as partes, a cumprir e fazer cumprir o presente Contrato em todas suas Cláusulas e condições.

Rio de Janeiro, RJ, 12 de março de 2018.

  
FLAVIO AZAMOR DA COSTA Coronel  
Ordenador de Despesas da 1ª Região Militar

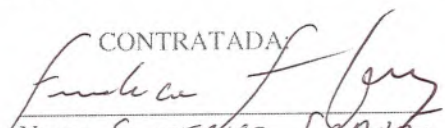
  
TÂNIA MARIA PAIVA DEL DUCA FRAZÃO  
OCS

#### TESTEMUNHAS:

CONTRATANTE:

Nome:  
Idt:  
CPF:

CONTRATADA:

  
Nome: Frederico Pimenta Jr  
Idt: 101699941-7 MD  
CPF: 499144057-20



## 2º GRUPAMENTO DE ENGENHARIA

## RETIFICAÇÃO

No Extrato de Contrato Nº 5/2018 publicado no D.O. de 02/03/2018, Seção 3, Pág. 17. Onde se lê: EXTRATO DE CONTRATO Nº 5/2018 Leia-se: EXTRATO DE CONTRATO Nº 11/2017

(SICON - 12/03/2018) 160348-00001-2018NE800022

HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO Nº 9/2017 - UASG 160545

Nº Processo: 6459800496201710. Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de material de consumo odontológico. Total de Itens Licitados: 00273. Edital: 13/03/2018 de 08h00 às 12h00 e de 13h00 às 17h00. Endereço: r Quintino de Sa Cavalcanti, 250-tabaru, São Gabriel da Cachoeira SAO GABRIEL DA CACHOEIRA - AM em [www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/160545-025-9-2017](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/160545-025-9-2017). Entrega das Propostas: a partir de 13/03/2018 às 08h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Abertura das Propostas: 23/03/2018 às 09h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

AMANTINO CAMILO MACHADO FILHO  
Ordenador de Despesas

(SIDEI - 12/03/2018) 160545-00001-2018NE800001

## COMANDO MILITAR DO LESTE

## EXTRATO DE CONTRATO Nº 9/2017 - UASG 160245

Nº Processo: Pregão 26/2017. Contratante: POLICLINICA MILITAR DE NITEROI - CNPJ Contratado: 07972676000196. Contratado: RA PREST SERVICE LIMITADA - Objeto: Contratação de serviços de lavanderia para peças provenientes da área administrativa e da área hospitalar. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Vigência: 02/01/2018 a 01/01/2019. Valor Total: R\$28.066,49. Fonte: 100000000 - 2018NE800011. Data de Assinatura: 02/01/2018.

(SICON - 12/03/2018) 160245-00001-2018NE800006

## EXTRATO DE CONTRATO Nº 3/2018 - UASG 160298

Nº Processo: 6427900004201848. INEXIGIBILIDADE Nº 12/2018. Contratante: COMANDO DA 1 REGIAO MILITAR - CNPJ Contratado: 03832782000113. Contratado: CENTRO DE EQUIPOTERAPIA E -REABILITACAO DA VILA MILITAR LT. Objeto: Credenciamento de Organização Civil de Saúde para prestação de serviços de fisioterapia, hidroterapia, equoterapia, terapia ocupacional, fonoterapia, psicologia, psicopedagogia, psicomotricidade e musicoterapia aos beneficiários do FUSEx e PASS. Fundamento Legal: Art. 25, caput, lei 8.666/93. Vigência: 12/03/2018 a 11/03/2019. Valor Total: R\$1.440.000,00. Fonte: 100000000 - 2018NE800052. Data de Assinatura: 12/03/2018.

(SICON - 12/03/2018) 160298-00001-2018NE800022

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
Nº 1/2018 - UASG 160270

Nº Processo: 64688011261201791. Objeto: Prestação de serviço de comunicação em geral. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: O Valor do serviço é inferior ao limite estabelecido no artigo constante do fundamento legal. Declaração de Inexigibilidade em 05/01/2018. PAULO UBIRAJARA MENDES. Ordenador de Despesas. Ratificação em 08/01/2018. LAERTE DE SOUZA SANTOS. Cmt 1º Rm. Valor Global: R\$ 2.859,37. CNPJ CONTRATADA : 34.028.316-0001-03 EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS.

(SIDEI - 12/03/2018) 160270-00001-2017NE800008

EXTRATO DE TERMO ADITIVO  
Nº 3/2018 - UASG 160301

Número do Contrato: 13/2016. Nº Processo: 6432500006201672. CONCORRÊNCIA SISPP Nº 1/2016. Contratante: COMISSAO REGIONAL DE OBRAS DA 1-REGIAO MILITAR. CNPJ Contratado: 04049724000180. Contratado: CONSTRUTORA IPR LTDA - Objeto: Acrescimo e Supressão de serviço na Obra de inicio II, "B" e § 1º da Lei 8666/93, e/c art. 12, II, do Dec. 7.983/13. Vigência: 15/01/2018 a 15/03/2018. Valor Total: R\$269.375,49. Fonte: 100000000 - 2017NE800183. Data de Assinatura: 15/01/2018.

(SICON - 12/03/2018) 160301-00001-2018NE800001

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 09032018031300019

RESULTADO DE JULGAMENTO  
PREGÃO Nº 4/2017

O Batalhão de Manutenção e Suprimento de Arma-mento, torna público o resultado da Pregão Eletrônico 04/2017, Nº Processo: 64448.000011/ 2017-70. Objeto: Aquisição de material para ma nutenção de bens imóveis. Vencedores: V P SPE RANSKI MOLAS - ME, CNPJ: 00.912.343.0001-22, valor total: R\$ 5.120,00; RODRIGO CESAR CASSIO EIRELI - EPP, CNPJ: 06.924.882/0001-68, valor total R\$ 31.087,00; J. J. VITALLI - ME, CNPJ: 08.658.622/0001-13, valor total: R\$ 9.736,00; DOCELAR MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP, CNPJ: 11.278.426/0001-28, valor total: 273.167,00; FERRA DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS DE MANUTENCAOTECNICA LTDA, CNPJ: 12.564.986/0001-01, valor total: R\$ 4.030,00; BALI COMERCIAL LTDA - ME, CNPJ: 12.991.409/0001-04, valor total: R\$ 39.916,00; FERGAVI COMERCIAL LTDA - EPP, CNPJ: 14.968.227/0001-30, valor total: R\$ 8.718,00; RAROCOMERCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP, CNPJ: 17.893.044/0001-90, valor total: R\$ 51.138,01; SISI COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA - ME, CNPJ: 18.155.126/0001-09, valor total: R\$ 309.892,50; POTEN CIA MATERIAIS DE CONSTRUCAO EIRELI - EPP, CNPJ: 22.356.205/0001-47, valor total: R\$ 19.200,00; RIOGRANDENSE CONSTRUTORA DE EDIFICIOS - EIRELI - EPP, CNPJ: 22.538.500/0001-14, valor total: 114.311,50; JOAQUIM DA SILVA BARBOSA - ME, CNPJ: 25.292.353/0001-33, valor total: 5.960,00; MGS BRASIL DISTRIBUIDORA LTDA - EPP, CNPJ: 25.329.991/0001-52, valor total: R\$ 1.419,00; SANTOS REVESTIMENTOS E MATERIAIS DE CONSTRUCAO EIRELI, CNPJ: 26.593.647/0001-68, valor total: R\$ 29.025,00; TESOIRO DOS AZULEJOS E SUPRIMENTOS EIRELI - EPP, CNPJ: 69.194.934/0001-08, valor total: R\$ 63.800,00.

CARLOS RÉGIS CARNEIRO BORGES  
Ordenador de Despesas do BMSA

(SIDEI - 12/03/2018) 160304-00001-2018NE800007

BASE ADMINISTRATIVA E APOIO  
DA 1ª REGIAO MILITAREXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
Nº 1/2018 - UASG 160303

Nº Processo: 01/2018. Objeto: Prestação de serviço de publicação de editais e extratos na Imprensa Nacional (Diário Oficial da União) Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Por estar de acordo com o Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Declaração de Inexigibilidade em 12/03/2018. EDUARDO SILVA MAYER. Ordenador de Despesas. Ratificação em 12/03/2018. LAERTE DE SOUZA SANTOS. Cmt da 1º Rm. Valor Global: R\$ 1,00. CNPJ CONTRATADA : 04.196.645/0001-00 IMPRENSANACIONAL.

(SIDEI - 12/03/2018) 160303-01000-2017NE800041

## HOSPITAL CENTRAL DO EXÉRCITO

## AVISO DE PENALIDADE

O Ordenador de Despesas do Hospital Central do Exército resolveu aplicar à empresa DMC DISTRIBUIDORAS, COMÉRCIO D MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ 16.970.999/0001-31, a sanção de impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de 03 (três) meses, a contar do registro no SICAF, e multa de R\$ 468,00, tudo com base na Lei nº 10.520/2002, Processo Administrativo nº EB 0076863.00001170/2018-60.

EDSON TERRA PIMENTA - Cel  
Ordenador de Despesas do HCE

## ODONTOCLÍNICA CENTRAL DO EXÉRCITO

## EXTRATO DE CONTRATO Nº 4/2018 - UASG 160241

Nº Processo: 64616005000210705. PREGÃO SISPP Nº 17/2017. Contratante: ODONTOCLINICA CENTRAL DO EXERCITO. CNPJ Contratado: 87389086000174. Contratado: PRO-RAD CONSULTORES EM -RADIOPROTECAO S/S LTDA. Objeto: Prestação de serviços de controle dosimétrico individual dos militares expostos à radiação ionizante (raio-X). Fundamento Legal: Parágrafo Único do Art. 61 da Lei nº 8.666/93. Vigência: 11/03/2018 a 10/03/2019. Valor Total: R\$5.130,00. Fonte: 100000000 - 2018NE800033. Data de Assinatura: 09/03/2018.

(SICON - 12/03/2018) 160241-00001-2018NE800002

## HOSPITAL GERAL DE JUIZ DE FORA

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
Nº 27/2018 - UASG 160121

Nº Processo: 6458000140201814. Objeto: Prestação complementar de serviços de assistência médico-hospitalar aos beneficiários do SAMMED/FuEx/PASS, para o período até 31/12/2018. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Por se tratar de credenciamento de OCS e PSA, conforme Edital de Credenciamento nº 1/2018. Declaração de Inexigibilidade em 09/03/2018. RUY TERRA FILHO. Ordenador de Despesas do Hgeif. Ratificação em 09/03/2018. HENRIQUE MARTINS NOLASCO SOBRINHO, Comandante da 4º Rm. Valor Global: R\$ 56.253,00. CPF CONTRATADA : 865.407.936-34 AIRTON ESMERIO FERNANDES JUNIOR.

(SIDEI - 12/03/2018) 160121-00001-2018NE8000022

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
Nº 33/2018 - UASG 160121

Nº Processo: 6458000160201895. Objeto: Prestação complementar de serviços de assistência médico-hospitalar aos beneficiários do SAMMED/FuEx/PASS, para o período até 31/12/2018. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Por se tratar de credenciamento de OCS e PSA, conforme Edital de Credenciamento nº 1/2018. Declaração de Inexigibilidade em 09/03/2018. RUY TERRA FILHO. Ordenador de Despesas do Hgeif. Ratificação em 09/03/2018. HENRIQUE MARTINS NOLASCO SOBRINHO, Comandante da 4º Rm. Valor Global: R\$ 56.253,00. CPF CONTRATADA : 053.168.346-07 THIAGO SOUZA DE OLIVEIRA.

(SIDEI - 12/03/2018) 160121-00001-2017NE8000022

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
Nº 34/2018 - UASG 160121

Nº Processo: 6458000161201830. Objeto: Prestação complementar de serviços de assistência médico-hospitalar aos beneficiários do SAMMED/FuEx/PASS, para o período até 31/12/2018. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Por se tratar de credenciamento de OCS e PSA, conforme Edital de Credenciamento nº 1/2018. Declaração de Inexigibilidade em 09/03/2018. RUY TERRA FILHO. Ordenador de Despesas do Hgeif. Ratificação em 09/03/2018. HENRIQUE MARTINS NOLASCO SOBRINHO, Comandante da 4º Rm. Valor Global: R\$ 56.253,00. CPF CONTRATADA : 728.492.406-30 MARIA CLAUDIA SILVA MACIEL MUNCH.

(SIDEI - 12/03/2018) 160121-00001-2017NE8000022

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
Nº 35/2018 - UASG 160121

Nº Processo: 645800028201859. Objeto: Prestação complementar de serviços de assistência médico-hospitalar aos beneficiários do SAMMED/FuEx/PASS, para o período até 31/12/2018. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Por se tratar de credenciamento de OCS e PSA, conforme Edital de Credenciamento nº 1/2018. Declaração de Inexigibilidade em 09/03/2018. RUY TERRA FILHO. Ordenador de Despesas do Hgeif. Ratificação em 09/03/2018. HENRIQUE MARTINS NOLASCO SOBRINHO, Comandante da 4º Rm. Valor Global: R\$ 56.253,00. CPF CONTRATADA : 011.500.727-09 ROSANGELA MAGALHAES BARRETO DA CUNHA.

(SIDEI - 12/03/2018) 160121-00001-2017NE8000022

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
Nº 38/2018 - UASG 160121

Nº Processo: 6458000296201803. Objeto: Prestação complementar de serviços de assistência médico-hospitalar aos beneficiários do SAMMED/FuEx/PASS, para o período até 31/12/2018. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Por se tratar de credenciamento de OCS e PSA, conforme Edital de Credenciamento nº 1/2018. Declaração de Inexigibilidade em 09/03/2018. RUY TERRA FILHO. Ordenador de Despesas do Hgeif. Ratificação em 09/03/2018. HENRIQUE MARTINS NOLASCO SOBRINHO, Comandante da 4º Rm. Valor Global: R\$ 237.277,58. CNPJ CONTRATADA : 65.251.886-0001-91 NEUROFISIO LTDA.

(SIDEI - 12/03/2018) 160121-00001-2017NE8000022

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
Nº 39/2018 - UASG 160121

Nº Processo: 6458000381201863. Objeto: Prestação complementar de serviços de assistência médico-hospitalar aos beneficiários do SAMMED/FuEx/PASS, para o período até 31/12/2018. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Por se tratar de credenciamento de OCS e PSA, conforme Edital de Credenciamento nº 1/2018. Declaração de Inexigibilidade em 09/03/2018. RUY TERRA

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.